

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

CNPJ: 13.614.002/0001-12

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Nota	2024	2023 (não auditado)
Receita operacional líquida	12	3.130.989	2.807.009
Custos dos serviços prestados	13	(1.832.975)	(1.456.407)
Lucro bruto		1.298.014	1.350.602
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(298.898)	(198.050)
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas		(11.138)	-
		(310.036)	(198.050)
Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras		987.978	1.152.552
Receitas financeiras	14	17.230	58.885
Despesas financeiras	14	(2.630.218)	(1.702.206)
		(2.612.988)	(1.643.321)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.625.010)	(490.769)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica/Contribuição Social Sobre Lucro Líquido			
Contribuição Social Sobre Lucro Líquido	15	(93.162)	(83.905)
Imposto de Renda - Corrente	15	(234.706)	(209.068)
		(327.868)	(292.973)
Prejuízo líquido do exercício		(1.952.878)	(783.742)
Resultado por ações	11.3	(0,00177)	(0,00071)
Ações ordinárias		(0,00177)	(0,00071)
Ações preferenciais		(0,00177)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

CNPJ: 13.614.002/0001-12

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	2024	2023 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	<u>(1.952.878)</u>	<u>(783.742)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(1.952.878)</u></u>	<u><u>(783.742)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

CNPJ: 13.614.002/0001-12

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Capital Social	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	2.984.634	(4.062.904)	(1.078.270)
Aumento de capital	8.057.214	-	8.057.214
Prejuízo líquido do exercício	-	(783.742)	(783.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	11.041.848	(4.846.646)	6.195.202
Prejuízo Líquido do exercício	-	(1.952.876)	(1.952.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.041.848	(6.799.522)	4.242.326

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

CNPJ: 13.614.002/0001-12

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	2024	2023 (não auditado)
Prejuízo líquido do exercício	(1.952.878)	(783.742)
Ajuste para conciliar o lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social com caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.050.560	981.271
Juros apropriados	2.626.197	1.696.957
Provisão IRPJ e CSLL	327.868	292.973
	2.051.747	2.187.459
Redução/(aumento) nos ativos operacionais		
Contas a receber	(59.060)	(887.713)
Impostos a recuperar	26.118	-
Outros realizáveis	(5.550)	-
	(38.492)	(887.713)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(49.834)	(1.147.616)
Salários e encargos sociais	4.472	(10.047)
Impostos e contribuições	3.635	(165.312)
Outras contas a pagar	-	309.982
Imposto de renda e contribuição social pagos	(309.430)	(226.427)
	(351.157)	(1.239.420)
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	1.662.098	60.326
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	-	(1.406.581)
Aplicações financeiras	13.087.019	-
Resgate de aplicações financeiras	(9.289.071)	(4.013.074)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	3.797.948	(5.419.655)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	-	8.057.214
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	16.000.000
Custo da transação sobre empréstimos e financiamentos	-	(62.051)
Mútuo recebidos partes relacionadas	7.199.596	16.439.157
Mútuos pagos partes relacionadas	(10.757.651)	(18.665.842)
Pagamento juros de empréstimos e financiamentos	(1.633.121)	(1.463.041)
Pagamento principal empréstimos e financiamentos	(232.144)	(14.968.154)
Caixa líquido utilizado/proveniente nas atividades de financiamentos	(5.423.320)	5.337.283
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	36.726	(22.046)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.385	25.431
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	40.111	3.385
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	36.726	(22.046)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede e foro na Fazenda Salitre, S/N, Zona Rural, Açucena, Minas Gerais, CEP: 35.417-000. A companhia tem como objetivo social:

- a. A construção e operação (incluindo atividades de manutenção) de sistema de produção, transmissão e comercialização de energia elétrica, resultante do aproveitamento Hidrelétrico no Ribeirão Travessão, localizado no município de Açucena, na bacia hidrográfica do Atlântico Sul Trecho Leste, sub-bacia do Rio Doce, Latitude: 19° 8'55.97"S Longitude: 42° 31'20.59"O, no Estado de Minas Gerais, denominado Central Geradora Hidrelétrica Centro Oeste. A capacidade instalada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era de 1,2 MWH.;
- b. O aluguel e arrendamento operacional, de curta ou longa duração, de bens móveis e imóveis, máquinas e equipamentos elétricos ou não, sem operador, instalados na central geradora hidrelétrica;
- c. Prestação de serviços de apoio técnico e administrativo na operação e manutenção de centrais geradoras hidrelétricas.

A companhia foi constituída em 05 de maio de 2011 e está em fase operacional. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal (“*Going Concern*”) dos negócios da Companhia, uma vez que a Administração tem expectativa quanto à manutenção de suas atividades e à disponibilização pelos seus sócios de recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações em futuro razoavelmente projetável.

No início de 2024 a CGH Centro Oeste teve sua performance afetada com perda de geração e receita em função de um sinistro operacional com eventos de chuvas extremas na região, gerando um custo extraordinário na ordem de R\$ 600.000 e aproximadamente 45 dias de indisponibilidade operacional. Além disso, as chuvas acumuladas em 2024 foram aproximadamente 28% abaixo da média histórica da região, impactando também a geração.

Além dos faturamentos já realizados, é importante mencionar que a empresa ainda possui um estoque de energia a ser comercializada de 566.038 kWh. Esse valor se refere, principalmente, à geração excedente ocorrida no período chuvoso no final de 2024, que resultou em um acúmulo de energia em alguns clientes, especialmente após a migração de outros para o mercado livre e troca na carteira de clientes. A empresa já está em processo de captação de novos clientes, de forma que esse saldo será faturado gradualmente ao longo do próximo ano.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião da diretoria em 16 de julho de 2025.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as políticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais estão descritas a seguir:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- (i) Ao custo amortizado;
- (ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;
- (iii) Ao valor justo por meio do resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros de curto prazo, com alto índice de liquidez e vencimentos não superiores a três meses, ou para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, de forma que não há perda relevante de valor em caso de resgate antecipado. Os investimentos financeiros são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de estimativa para ajuste ao seu valor líquido de realização.

3.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são empréstimos e financiamentos e fornecedores.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, a Companhia também não tem como política contábil a utilização de “*hedge accounting*”.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado**

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente empréstimos e financiamentos.

3.2. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.3. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía nenhuma contingência cuja probabilidade de perda seja provável ou possível, não sendo necessário o reconhecimento de provisão ou divulgação adicional.

3.4. Imobilizado

Registrados pelo custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados pela Administração anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando necessário. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que sua expectativa de benefício econômico futuro.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração de resultado do exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Provisões (passivos contingentes)

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Com base na opinião dos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia nenhum montante a ser reconhecido ou divulgado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.6. Arrendamentos

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso foi com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de forma linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso foram registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada, e registrados em conta de ajuste a valor presente de arrendamentos redutoras dos respectivos passivos circulantes e não circulantes. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

3.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8. Reconhecimento de Receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas referem-se a aluguéis para operadores de usinas e estruturas para geração e distribuição de energia elétrica.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.9. Imposto de Renda e contribuição social

Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados com base no valor recuperável esperado ou a pagar às autoridades fiscais através do regime do Lucro Real. O cálculo do Imposto de Renda é realizado de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Na Companhia, os valores são calculados utilizando as alíquotas regulares de 15%, com adicional de 10% para o Imposto de Renda, e 9% para a Contribuição Social.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a diretoria faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da diretoria e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma tempestiva e, quando aplicável, as alterações de estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente.

Os Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e apresenta risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 9:** Imobilizado (valores residuais, estimativa da vida útil e valor recuperável).

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a. **Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2):** Exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b. **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c. **Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48:** Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:**
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e. **Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações** - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4.2. Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO₂e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO).

A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A entidade avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e concluiu que essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Bancos conta movimento	5.501	3.385
Aplicações financeiras (i)	34.610	-
	<u>40.111</u>	<u>3.385</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a Operações Compromissadas, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Fundo DI com liquidez menor do que 90 dias e risco insignificante de mudança de valor.

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	2024	2023 (não auditado)
Consórcio MF I	<u>946.773</u>	<u>887.713</u>
	<u>946.773</u>	<u>887.713</u>

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não realizou o reconhecimento da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa em decorrência dos valores a receber estarem representados em sua totalidade por partes relacionadas.

7. Aplicações financeiras

A composição dos saldos pode ser assim demonstrados:

	2024	2023 (não auditado)
Aplicações financeiras (i)	<u>215.126</u>	<u>4.013.074</u>
	<u>215.126</u>	<u>4.013.074</u>

(i) As aplicações financeiras automáticas referem-se a caixa restrito em que a Companhia mantém em detrimento das obrigações contratuais dos empréstimos e financiamentos contratados. (Nota 10).

8. Partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar decorrentes de transações entre partes relacionadas, incluídos nas rubricas “Partes relacionadas” no circulante quanto no não circulante, são registrados em condições específicas entre as partes, sem remuneração ou correção.

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição dos referidos saldos, são como segue:

Ativo

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Ativo		
Contas a receber de clientes		
Consórcio MF I (Nota 07)	946.773	887.713
	<u>946.773</u>	<u>887.713</u>
Mútuos		
Liberum Energia	-	66.189
GVS Holding de Participações	-	1.760.226
Bagagem	-	80.188
Alto Gloria	-	29.000
Cito Energia	-	13.400
Dourados Energia S.A	10.534.403	5.589.178
Adir Rocha	-	11.335
Cetus Energia S.A	-	1.608
Consórcio MF I	2.098	-
UFV Patrocinio de Muriae	955.590	-
	<u>11.492.091</u>	<u>7.551.124</u>
Total	<u>12.438.864</u>	<u>8.438.837</u>

Passivo

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Mútuos		
Cassio Rogerio de Oliveira	-	1.668
Miradouro	-	52.383
UTE Biogas	-	75.972
Terceiros	-	22.893
GVS Holdng	535.826	-
	<u>535.826</u>	<u>152.916</u>

As receitas auferidas com o arrendamento das estruturas imobilizadas, são basicamente realizados com consórcios que possuem consorciados que são partes relacionadas, a relação pode ser assim demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Receitas		
Consortio MF I	3.247.362	1.513.237
	<u>3.247.362</u>	<u>1.513.237</u>

Os custos vinculados à partes relacionadas são decorrentes de manutenção nos equipamentos realizados com a Associação de Geração e Operação em Energia, a qual possui associados que são partes relacionadas da Companhia, a relação pode assim ser demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Custos		
Associação de Geração e Operação em Energia - AGOE	79.035	-
	<u>79.035</u>	<u>-</u>

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

9. Imobilizado

	Custo ou avaliação	Instalações	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		1.707.701	160.000	5.464.379	2.528.691	9.860.771
Aquisição	1.406.581	-	-	-	-	1.406.581
Depreciação/amortização	(245.478)	-	-	(220.783)	(515.010)	(981.271)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	2.868.804	160.000	5.243.596	2.013.681	10.286.081	
Custo total	3.158.069	160.000	5.519.575	2.818.734	11.656.378	
Depreciação acumulada	(289.265)	-	(275.979)	(805.054)	(1.370.297)	
Valor contábil	2.868.804	160.000	5.243.596	2.013.681	10.286.081	
Depreciação/amortização	(315.807)	-	(220.783)	(513.970)	(1.050.560)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.552.997	160.000	5.022.813	1.499.711	9.235.521	
Custo total	3.158.069	160.000	5.519.575	2.818.734	11.656.378	
Depreciação acumulada	(605.072)	-	(496.762)	(1.319.024)	(2.420.858)	
Valor contábil	2.552.997	160.000	5.022.813	1.499.710	9.235.521	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	<u>Vida útil</u>
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Edificações e Benfeitorias	25 anos

Foram realizados testes de recuperabilidade e não foram identificadas perdas nos itens do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, conforme pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 36).

10. Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos no exercício é conforme segue:

	<u>Indexador</u>	<u>2024</u>	<u>2023 (não auditado)</u>
Créditos Imobiliários - 234 ^a emissão - Série única.	IPCA+11,0272%a.a	<u>16.932.797</u>	<u>16.171.865</u>
		<u>16.932.797</u>	<u>16.171.865</u>
Circulante		16.932.797	232.132
Não circulante		-	15.939.733

Obrigações provenientes da emissão de créditos imobiliários relativo a contrato firmado, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A S.A e juros de 11,0272% a.a. + IPCA.

A Companhia assinou em 16 de outubro de 2023 o instrumento particular de cessão e aquisição de créditos imobiliários, com as seguintes características:

- (i) Valor da cessão total dos créditos imobiliários, é de R\$ 28.000.000, os quais foram divididos entre as Companhias UFV Patrocínio de Muriaé e CGH Centro Oeste. A CGH Centro Oeste assumiu 57,14% da cessão dos créditos imobiliários equivalente a R\$ 16.000,00;
- (ii) Data de Emissão dos CRI é 18 de outubro de 2023;
- (iii) Data de Vencimento dos CRI será 27 de dezembro de 2038;
- (iv) Os CRI serão objeto de atualização monetária pelo IPCA;
- (v) Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão das SPEs (“Alienação Fiduciária de Ações”), de titularidade da GV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e da Dourados Energia S.A., sendo certo que sobre as ações de emissão da CGH Centro Oeste será constituída a alienação fiduciária sob condição suspensiva, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (vi) Alienação fiduciária dos equipamentos (imobilizado).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício é conforme segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	14.968.154
Captações	16.000.000
Pagamento de principal	(14.968.154)
Juros apropriados	1.696.957
Juros pagos	(1.463.041)
Custo da transação	(62.051)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	16.171.865
Captações	-
Pagamento de principal	(232.144)
Juros apropriados	2.626.197
Juros pagos	(1.633.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.932.797

“Covenants” contratuais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não cumpriu com determinadas obrigação de *covenants* previstas nas escrituras, conforme descrito a seguir:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,20 no exercício;
- Energia assegurada, após o 6º mês de operação comercial, igual ou superior a 0,99MWh vendida dos projetos;
- Outros *covenants* contratuais, não financeiros, os quais não ensejam em vencimento antecipado, como a não disponibilização das demonstrações financeiras auditadas no período de 120 dias após o fim do exercício social.

Por esse motivo, em 31 de dezembro de 2024, ainda que o descumprimento não enseje em vencimento antecipado automático, o saldo de empréstimos e financiamentos que estava no não circulante, no montante de R\$ 16.376 mil, foi reclassificado em sua totalidade para o passivo circulante.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras não houve cobrança antecipada por parte dos credores.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

O capital social, totalmente integralizado e vinculado à alienação fiduciária junto ao agente fiduciário True Securitizadora S.A, conforme previsto no contrato relacionado às emissões de certificados realizadas em 16/10/2023, com vencimento final em 27/12/2038.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao final do exercício de 2022, o capital social era de R\$ 2.984.634, representado por 298.463.400 ações ordinárias, avaliadas em R\$ 0,01 cada. Durante o exercício de 2023, foram emitidas 805.721.420 novas ações, também ao valor unitário de R\$ 0,01, totalizando R\$ 8.057.214. Dessa forma, o exercício de 2024 encerrou-se com um capital social de R\$ 11.041.849, representado por 1.104.184.820 ações, conforme demonstrado no quadro abaixo

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor das ações</u>
Ações ordinária		
GV Fundo de Investimento em Participações	552.092.410	5.520.924
Ações preferenciais		
AZ Quest Energia Fundo de investimento	537.634.360	5.376.344
GV Fundo de Investimento em Participações	14.458.050	144.581
	<u>1.104.184.820</u>	<u>11.041.848</u>

11.2. Prejuízos acumulados

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a companhia apresenta um saldo de prejuízo acumulado no valor de R\$ 6.799.522 (R\$ 4.846.646 em 2023), conforme demonstrado na Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e no Balanço Patrimonial. O prejuízo acumulado representa a soma dos lucros e perdas apurados em exercícios atual e anteriores que não foram compensados até a data do balanço.

Esse saldo é proveniente do desenvolvimento da receita que ainda se encontra desproporcional as despesas financeiras contraídas em exercícios anteriores.

Há uma expectativa da administração da empresa em aumento considerado da receita para os próximos exercícios.

11.3. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação não possui diferenças, visto que a Companhia não tem compromissos que possam via a promover a diluição. O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

	<u>Em Reais por ação</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
		<u>(não auditado)</u>
Resultado básico e diluído por ação	<u>(0,00177)</u>	<u>(0,00071)</u>
Ações ordinárias	(0,00177)	(0,00071)
Ações preferenciais	(0,00177)	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

As receitas da Companhia referem-se a locação não residencial (Contrato de locação), bem como locação de equipamentos e operação e manutenção (O&M).

O contrato de locação tem prazo de 16 de outubro de 2023 (“Data de Início da Locação”) e permanecerá válido pelo prazo de 20 (vinte) anos, ou seja, até 16 de outubro de 2043 (“Prazo da Locação”), corrigidos anualmente pelo IPCA, bem como liquidação no mês subsequente ao mês de competência.

O Contrato O&M é flutuante, reconhecido pela soma do montante de energia ativa consumida pela Unidade Consumidora multiplicado pelo valor da tarifa compensada da distribuidora, multiplicando pelo desconto comercial acordado, deduzido dos custos de operação, bem como redução do “Contrato de locação”. Cabe ressaltar, que o referido contrato será cobrado caso o Consórcio (Locatário) obtiver saldo positivo em sua operação superior ao Contrato de Locação.

A reconciliação das receitas brutas com partes relacionadas para a receita líquida de serviços prestados é apresentada como segue:

	2024	2023 (não auditado)
Receita operacional bruta		
Locação de terreno	2.710.838	562.499
Locação de equipamentos	536.524	2.350.847
	<u>3.247.362</u>	<u>2.913.346</u>
Tributos incidentes sobre serviços		
(-) PIS não cumulativo	(20.724)	(18.937)
(-) COFINS não cumulativo	(95.649)	(87.400)
	<u>(116.373)</u>	<u>(106.337)</u>
	<u><u>3.130.989</u></u>	<u><u>2.807.009</u></u>

CGH CENTRO OESTE ENERGIA S.A

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Custos e despesas por natureza

A composição dos saldos é apresentada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Custos operacionais		
Gastos com pessoal	(220.902)	(122.357)
Peças e materiais	(259.112)	-
Aluguel de equipamentos/terrenos	(68.075)	(63.119)
Serviços de terceiros	(234.326)	(289.661)
Depreciação	(1.050.560)	(981.271)
	<u>(1.832.975)</u>	<u>(1.456.407)</u>
Despesas administrativas e gerais		
Serviços de terceiros	(181.995)	(21.839)
Energia elétrica	-	(2.795)
Taxas diversas	(37.262)	(31.037)
Seguros	(175)	(105.744)
Despesas de viagem	(79.466)	-
Outras despesas administrativas e gerais	-	(36.635)
	<u>(298.898)</u>	<u>(198.050)</u>

14. Receitas/(despesas) financeiras

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

Receitas/Despesas financeiras líquida

	<u>2024</u>	<u>2023</u> (não auditado)
Receitas financeiras decorrentes		
Rendimento de aplicação financeiras	17.230	58.885
	<u>17.230</u>	<u>58.885</u>
Despesas financeiras decorrentes		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.626.197)	(1.696.957)
Despesas bancárias	(2.165)	(4.889)
IOF	(1.856)	(360)
	<u>(2.630.218)</u>	<u>(1.702.206)</u>
	<u>(2.612.988)</u>	<u>(1.643.321)</u>

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

Nos exercícios de 2024 e 2023 a Companhia era optante pela forma de tributação lucro presumido. O saldo de imposto de renda e contribuição social, podem ser assim conciliados:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023 (não auditado)
Receita bruta	3.247.362	2.913.346
Alíquota de presunção	32%	32%
Base de cálculo	1.039.156	932.271
Contribuição social	93.162	83.905
Imposto de renda	234.706	209.068

16. Instrumentos financeiros

16.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

16.2. Categorias de instrumentos financeiros

	2024	2023 (não auditado)
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 05)	40.111	3.385
Contas a receber (NE nº 06)	946.773	887.713
Aplicações financeiras (NE nº 07)	215.126	4.013.074
Crédito com partes relacionadas (NE nº 08)	11.492.091	7.551.124
Passivos financeiros	2024	2023 (não auditado)
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	4.691	54.525
Empréstimos e financiamentos (NE nº 10)	16.932.797	16.171.865
Débito com partes relacionadas (NE nº 08)	535.826	152.916

16.3. Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia opera com aluguel para poucos clientes o que poderia ampliar o risco de crédito, contudo tais clientes são partes relacionadas, o que minimiza o risco de crédito.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Historicamente os recebimentos acontecem conforme acordo e dentro do próprio mês, como é possível observar a inexistência de contas a receber no balanço, visto que os saldos são recebidos mensalmente.

16.4. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

16.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, assim como preço dos insumos necessários têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

16.6. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros na Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos a pagar. A Companhia tem exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras, são corrigidos pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), enquanto os empréstimos e financiamentos a pagar são corrigidos pelo IPCA, conforme contratos firmados.

17. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguros para risco de engenharia, garantia de término do projeto e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

18. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Gilson Souza Souto Junior
Diretor

Angelica Freire De Oliveira
Contador CRC/MG